

1
2
3
4

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

2ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2020

1ª reunião Plenária do Comitê por Videoconferência
(Deliberação CBH-AT Ad Referendum N° 95, de 03 de junho de 2020)

5
6
7

Data: 28 de julho de 2020

Horário: 9h00min

Local: Videoconferência através da plataforma Teams

8
9

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

10 SEGMENTO ESTADO

11	Luiz Fernando Carneseca	DAEE- Secretário Executivo CBH-AT
12	Laura Stela N. Perez	Secr. Infr. e Meio Amb.-SIMA
13	Daniel Jesus de Lima	Emp. Metr. Águas e Energia-EMAE
14	Helio Rubens Figueiredo	Cia. San. Básico Est. SP-SABESP
15	Maria Emília Botelho	Cia. Ambiental do Est. SP- CETESB
16	Roberto Teruo Ohmori	Secretaria da Agric. e Abastecimento
17	Sérgio Luiz D.	Secretaria da Educação
18	Monica Therezinha B. Rossi	Secretaria da Habitação
19	Gerson Salviano de Almeida Filho	Instituto de Pesq. Tecnológicas-IPT
20	Augusto Olavo Leite	Secretaria Logística e Transportes
21	Cláudia Luciana Varnier	Instituto Geológico-IG

22	Luís Sérgio Ozório Valentim	Secretaria da Saúde
23	Josenei Gabriel Cará	Fund. para Conservação Florestal
24	Juliana Arnalt de Santana	Secretaria do Desenv. Econômico

25 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

26	Daniel Teixeira de Lima	Mogi das Cruzes
27	Jumara M. Bocatto	Embu Guaçu
28	Solange Wuo Franco	Salesópolis
29	Murilo Andrade Valle	Santo André
30	Pedro Luiz de Castro Algodoal	Diadema
31	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
32	Glenda Dias/ Tércio	Carapicuíba
33	Reginaldo P. Lima	Caieiras
34	Adolfo J. R. de Almeida	Bititiba Mirim
35	Miguel Reis Afonso	Suzano
36	Alberto Aihara	Itaquaquecetuba
37	Eliane Ap. Estevam de Oliveira	Santana Parnaíba
38	Fernando Jordani Feliti	Cajamar
39	Diego de Oliveira Rodrigues	Osasco

40 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

41	Amauri Pollachi	APU-Presidente em exercício CBH-AT
42	Luciana Travassos e Melissa G.	UFABC
43	Miriam Duailibi	Instituto ECOAR
44	Jaqueline Bória	UNIFESP
45	Cristiane L. Cortez	FECOMERCIO-SP
46	Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP - Alto Tietê
47	Hillmann Carlos H. Albrecht	CIESP - Cotia

48	Ricardo Saad	CIESP - São Bernardo do Campo
49	Marcelo Rodrigues	SINDIPEDRAS
50	Miriam Duailibi	Instituto ECOAR
51	Mary Dias Lobas	SIADES
52	Shindi Kiyota	UNIAGUA
53	Marta Marcondes	Univ. Munic. de São Caetano do Sul
54	Adriana Abelhão	Assoc. Ecológica Amigos do Embu

55 **1. Abertura.** Amauri Pollachi Vice-Presidente do CBH-AT constatando
56 quórum abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Solicitou que
57 registrassem presença pelo Chat da plataforma Teams e informou que além
58 da taquigrafia da Ata estavam gravando a reunião. Larissa Silva (FABHAT)
59 explicou e demonstrando aos participantes as soluções básicas da
60 plataforma Teams em reunião não presencial, ressaltando a importância de
61 desativarem o microfone quando não em uso, e ativando quando forem se
62 pronunciar, evitando ruídos externos que dificultam o entendimento da
63 reunião.

64 **2. Leitura, discussão e votação da Ata taquigrafada da 1ª Reunião**
65 **Plenária de 2020, realizada em 20 de fevereiro de 2020.**

66 Aprovada por unanimidade.

67 **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.**

68 O Vice-Presidente comunicou que o Prefeito Marcus Vinícius de Almeida e
69 Melo Presidente do CBH-AT, solicitou afastamento do cargo devido às

70 eleições municipais e que, possivelmente até o final de novembro de 2020
71 sendo o Vice-Presidente responderá na qualidade de Presidente do Comitê.
72 Foi aprovada a Lei 14026 que dispõe sobre o Novo Marco legal do
73 saneamento básico no país com uma série de alterações importantes,
74 principalmente para o abastecimento de água e o esgotamento sanitário
75 afetando fundamentalmente as ações do Comitê, portanto um tema de
76 interesse do Comitê. Comunicou que o COFEHIDRO publicou deliberações
77 importantes, que serão considerados na reunião, em especial a Deliberação
78 COFEHIDRO Ad referendum 225, de 22 de julho de 2020 que altera
79 parcialmente o item 2.3.2 e sua redação, do Manual de Procedimentos
80 Operacionais-MPO de Investimento beneficiando empreendimentos
81 principalmente para as áreas de mananciais, que ainda são carentes de
82 esgotamento, antes impossibilitados de receber recursos. Que está
83 tramitando a solicitação de parecer jurídico sobre o Artigo 3º. das
84 Disposições transitórias da Lei 12183 sobre a aplicação de pelo menos
85 metade dos recursos de investimentos da arrecadação da cobrança pelos
86 recursos hídricos em áreas de mananciais.

87 Luiz Fernando Carneseca (DAEE) Secretário Executivo do Comitê
88 comunicou que, como de praxe os documentos de expedientes do Comitê
89 podem ser acessados na Secretaria Executiva em meio físico e também
90 pela webpágina do Comitê. Foram registrados pelo menos 27 documentos
91 desde a última plenária. Hélio C. Suleiman (Presidente FABHAT) informou
92 que em junho de 2019 foi instituído pelo município de São Paulo a Comissão
93 de Segurança Hídrica Coordenada pelo Dr. Marco Antonio Palermo, e o
94 Comitê será representado pelo segmento Sociedade civil, com Cristiane

95 Cortez (FECOMÉRCIO-SP) titular e Lilian Sarrouf (SINDUSCON SP) a
96 suplente.

97 **4. DELIBERAÇÕES**

98 **4.1. Aprovação da Deliberação CBH-AT Ad Referendum nº 94, de 9 de**
99 **abril de 2020, que altera prazos da Deliberação CBH-AT nº 93/2020.**

100 Foi aprovada por unanimidade. Deliberação que dispõe sobre ajustes de
101 prazos devido à restrição de circulação e isolamento social em função da
102 pandemia COVID-19.

103 **4.2 Aprovação da Deliberação CBH-AT Ad Referendum nº 95, de 3**
104 **de junho de 2020, que regulamenta a realização de reuniões e eventos**
105 **não presenciais do CBH-AT e suas instâncias.**

106 Deliberação aprovada por unanimidade.

107 **4.3 Deliberação CBH-AT nº 96, de 28 de julho de 2020, que aprova o**
108 **parecer técnico sobre o EIA/RIMA da ampliação de extração de**
109 **calcário, de Votorantim Cimentos S/A, em Cajamar.**

110 A Deliberação aprovada por 34 votos, 0 contrário e 2 abstenções, Jumara
111 Bocatto (PM de Embu Guaçu) e Miguel Reis Afonso (PM Suzano).

112 Consta redação final da Deliberação publicada na webpágina do Comitê
113 [https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-96-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Licenciamento-Ambiental-Votorantim-Cimentos-SA.pdf)
114 [n%C2%B0-96-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-96-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Licenciamento-Ambiental-Votorantim-Cimentos-SA.pdf)
115 [Licenciamento-Ambiental-Votorantim-Cimentos-SA.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-96-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Licenciamento-Ambiental-Votorantim-Cimentos-SA.pdf). Ricardo de Aguiar Quadros

116 (CIESP) apresentou, em síntese, sobre os recursos hídricos explicou que o
117 ribeirão das Lavras recebe efluentes sanitários sem nenhum tipo de
118 tratamento de toda a comunidade do entorno oeste do empreendimento,
119 não é atendida por rede pública coletora de esgotos. Os ribeirões que
120 circundam o município de Cajamar sofrem constante degradação de suas
121 águas, por lançamento de esgoto sem tratamento, proveniente das
122 comunidades vizinhas, e pelo parecer não haverá alteração nos resultados
123 dos parâmetros monitorados da qualidade das águas. Adriana Madeira
124 (AEAE) questionou se a mesma empresa que elaborou o licenciamento
125 poderia realizar o EIA-Rima nas atividades de consultoria ambiental,
126 consistindo conflito de interesses, perguntou “qual é o parecer do Comitê,
127 ela pode elaborar esse EIA Rima?” Disse que talvez se trata de uma matéria
128 do âmbito jurídico. O Presidente respondeu que não é competência do
129 Comitê avaliar questão de conflito de interesses da empresa que presta
130 consultoria em determinada área e a realizar o EIA Rima, ao mesmo tempo
131 ressaltou a importância que qualquer empresa que presta serviços para
132 análise ambiental deve ter técnicos qualificados. As manifestações, de toda
133 reunião, foram registradas e constam na Ata taquigrafada de interior teor.
134 Luciana Travassos (UFABC), agradeceu por constar no Parecer as medidas
135 compensatórias conforme comentários na última plenária, e solicitou
136 retirada da menção ao Subcomitê Juqueri-Cantareira porque sequer os
137 Subcomitês foram empossados. Jumara Bocatto (P.M de Embu Guaçu)
138 concordou acrescentando, que de fato, não foram consultados. O Presidente
139 disse que, de fato, essa era uma enorme falha de gestão, não terem dado
140 andamento às atividades dos Subcomitês. Solicitou para Secretaria

141 Executiva o compromisso de realizarem reuniões não presenciais
142 empossando e instalando os cinco Subcomitês para iniciarem suas
143 atividades. Miriam Duailibi (Instituto ECOAR) disse que é fundamental
144 estimular o funcionamento dos Subcomitês, Luciana concordou. O
145 Presidente considerou que, para efeitos na Deliberação Nº 96, apesar de
146 que o Subcomitê não foi formalmente instalado, os representantes foram
147 indicados e convidados para participar, portanto, não estavam fora do
148 regramento e colocou em destaque para votação a necessidade de retirar
149 menção ao Subcomitê Juqueri-Cantareira.

150 Na votação, 8 votos para retirar do texto (Jumara Bocatto-PM de Embu
151 Guaçu; Miguel Reis Afonso-PM Suzano; Luciana Travassos-UFABC;
152 Solange Wuo-PM Salesópolis; Murilo Valle (PM S. Andre); Reginaldo P.
153 Lima (PM Caieiras) Augusto Olavo Leite (Secretaria Logística e
154 Transportese) e Jaqueline Aparecida Fernandez e 2 abstenções (Marcelo
155 Rodrigues da Motta-PM Itapeçerica da Serra e Roberto Teruo Ohmori -
156 Secretaria da Agric. e Abastecimento) mantendo a citação ao Subcomitê.
157 Murilo Andrade Valle (P.M de Santo André) declarou voto com essas
158 palavras, “o Subcomitê ainda não foi constituído, de fato, então não existe
159 no ponto de vista dos membros, e tudo o mais, não está validado, então não
160 tem como validar uma consulta sobre algo que não está constituído ainda.”
161 Após considerações de Luciana Travassos (UFABC), Gérson Salviano e
162 José Luiz Albuquerque (IPT), Adriana Madeira (AEAE), Cristiane Cortez
163 (FECOMERCIO-SP), Murilo Andrade Valle (Prefeitura Municipal de Santo
164 André) foi recomendado: Que sejam apresentados à CETESB quando da
165 solicitação da Licença de Instalação, relacionando diversos documentos;

166 que as compensações ambientais decorrentes do processo de
167 licenciamento sejam destinadas à aplicação nas unidades de conservação
168 e/ou áreas que demandam restauração ecológica preferencialmente
169 situadas na sub-região Juqueri-Cantareira; o uso racional da água mediante
170 eficiente programa de gestão da demanda, com a sugestão que seja
171 dotado, considerando a viabilidade técnica e econômica, instalações,
172 equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da água, ao
173 reuso de água e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não
174 potáveis; que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos
175 permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres; e que
176 durante a implantação seja adotado e praticado Plano de Prevenção e
177 Controle das emissões de materiais particulados provenientes dos
178 processos erosivos e do transporte de sedimentos; que as compensações
179 ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas à
180 aplicação nas unidades de conservação e/ou áreas que demandam
181 restauração ecológica preferencialmente situadas na sub-região do
182 Juqueri-Cantareira, bem como na estruturação do sistema de esgotamento
183 sanitário das áreas urbanas da bacia do Juqueri-Cantareira; que seja
184 desenvolvida modelagem conceitual da natureza dos estratos
185 subterrâneos, da arquitetura das camadas geológicas, das estruturas, das
186 interconexões entre as camadas e dos fluxos subterrâneos; que seja
187 desenvolvido e aplicado modelo hidrogeológico computacional de fluxos
188 subterrâneos e de qualidade das águas subterrâneas específico para
189 aquíferos cársticos com referência às variáveis de rebaixamento,
190 anisotropia e heterogeneidade, frente às intervenções físicas decorrentes

191 da ampliação, com consequente avaliação de viabilidade e que sejam
192 avaliados os riscos decorrentes no uso e ocupação do solo nas áreas de
193 entorno com base nos resultados da modelagem hidrogeológica.
194 O Presidente comunicou que 98 pessoas participavam da reunião.

195 **4.4 Deliberação CBH-AT nº 97, de 28 de julho de 2020, que aprova o**
196 **Parecer técnico sobre o EIA/RIMA do Plano Urbanístico Fazenda**
197 **Itahyê, de Empreendimentos Imobiliários Itahyê Ltda, nos municípios**
198 **de Santana de Parnaíba e São Paulo.**

199 A Deliberação foi aprovada, sendo 0 voto contrário e 2 abstenções (
200 Luciana Travassos e Murilo Valle), conforme consta redação final na
201 webpágina do Comitê [https://comiteat.sp.gov.br/wp-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-97-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Plano-Urban%C3%ADstico-Fazenda-Itahy%C3%AA-1.pdf)
202 [content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-97-de-28.07.2020-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-97-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Plano-Urban%C3%ADstico-Fazenda-Itahy%C3%AA-1.pdf)
203 [Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Plano-Urban%C3%ADstico-Fazenda-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-97-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Plano-Urban%C3%ADstico-Fazenda-Itahy%C3%AA-1.pdf)
204 [Itahy%C3%AA-1.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-97-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-EIA-RIMA-Plano-Urban%C3%ADstico-Fazenda-Itahy%C3%AA-1.pdf). Ricardo apresentou, em síntese, os aspectos mais
205 relevantes levantados durante o EIA/Rima para a qualidade das águas
206 caracterizaram parâmetros em concentrações superiores às condições e
207 padrões de qualidade pela CONAMA 357/05 de carga orgânica presente
208 nos corpos hídricos da área de estudo, oxigênio dissolvido em baixas
209 concentrações na água em alguns pontos; a presença de coliformes (carga
210 orgânica de origem fecal); índice de atendimento de coleta de esgoto
211 sanitário em Santana de Parnaíba aproximadamente 30%. Das águas de
212 chuva devem manter o ciclo hidrológico original, mesmo após a ocupação
213 urbana; escoamento das águas pluviais superficialmente, próximo ao local
214 de origem, passando por jardins. Em relação ao abastecimento de água,

215 todo o recurso será fornecido pela SABESP que declarou a viabilidade de
216 atendimento como para o tratamento dos esgotos, utilizando nas Fases de
217 01 a 04 a futura ETE Polvilho e Fases 05 a 07 a futura ETE Fazendinha.
218 Após considerações de Luciana Travassos (UFABC), José Luiz
219 Albuquerque (IPT), Adriana Madeira (AEAE), Cristiane Cortez
220 (FECOMERCIO-SP), Murilo Andrade Valle (Prefeitura Municipal de Santo
221 André) foi recomendado: Que sejam apresentados à CETESB quando da
222 solicitação da Licença de Instalação documentação pertinente; que as
223 compensações ambientais sejam destinadas às Unidades de Conservação
224 ou áreas que demandam restauração ecológica, preferencialmente
225 situadas nas sub-regiões Pinheiros-Pirapora e Juqueri-Cantareira;
226 programa de uso racional da água, mediante eficiente programa de gestão
227 da demanda, como de praxe vem sendo utilizado pelo CBH-AT nas suas
228 recomendações visando a redução da demanda sobre o sistema de
229 abastecimento; que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos
230 permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres; que
231 durante a implantação seja adotado e praticado um Plano de Prevenção e
232 Controle dos Processos Erosivos e transporte dos sedimentos resultantes
233 desses processos; que sejam adotadas medidas compensatórias em
234 drenagem urbana na área do empreendimento para compensar o
235 escoamento superficial resultante da impermeabilização, de modo a não
236 ampliar escoamento de águas superficiais para as bacias à jusante do
237 empreendimento, em todas as suas etapas; ressaltar que a emissão das
238 Licenças de Operação de cada etapa seja concedida somente após a
239 comprovação do início de operação das Estações de tratamento de esgoto-

240 ETE que atenderão o empreendimento; que seja desenvolvido estudo
241 hidrogeológico na área do empreendimento e seu entorno imediato para
242 avaliar possíveis impactos nas nascentes e descarga de base dos cursos
243 d'água ali existentes, assim como das futuras interações entre o uso e
244 ocupação do solo e as águas subterrâneas e estabelecimento de medidas
245 preventivas e mitigadoras dos eventuais impactos previstos; que o CBH-AT
246 seja convidado para participar do Grupo de Trabalho responsável por
247 discutir a destinação das áreas remanescentes como áreas de preservação
248 permanente ou conservação, e a sugestão de garantia máxima para a
249 conservação ambiental.

250 **4.5 Deliberação CBH-AT nº 98, de 28 de julho de 2020, que aprova**
251 **procedimentos para análise e manifestação sobre a compatibilidade**
252 **de planos diretores municipais às leis específicas de Áreas de**
253 **Proteção e Recuperação de Mananciais.**

254 A Deliberação foi aprovada por unanimidade, com alteração do parágrafo
255 3º. do Artigo 4º como consta redação final na webpágina do Comitê,
256 [https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-98-de-28.07.2020-Aprova-procedimento-para-an%C3%A1lise-sobre-a-compatibilidade-de-planos-diretores-%C3%A0s-leis-espec%C3%ADficas.pdf)
257 [CBH-AT-n%C2%B0-98-de-28.07.2020-Aprova-procedimento-para-an%C3%A1lise-sobre-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-98-de-28.07.2020-Aprova-procedimento-para-an%C3%A1lise-sobre-a-compatibilidade-de-planos-diretores-%C3%A0s-leis-espec%C3%ADficas.pdf)
258 [a-compatibilidade-de-planos-diretores-%C3%A0s-leis-espec%C3%ADficas.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-98-de-28.07.2020-Aprova-procedimento-para-an%C3%A1lise-sobre-a-compatibilidade-de-planos-diretores-%C3%A0s-leis-espec%C3%ADficas.pdf). Luciana
259 Travassos apresentou, a Deliberação normatiza diversos procedimentos
260 para análise das compatibilidades dos Planos Diretores Municipais às Leis
261 Específicas-LE APRM.

262 **4.6 Deliberação CBH-AT nº 99, de 28 de julho de 2020, revoga a**

263 **Deliberação CBH-AT nº 92/2020 e aprova o Plano de Ações (PA) e o**
264 **Programa de Investimentos (PI) de 2020-2023.**

265 A Deliberação, incluindo seus Anexos I, II, III e IV, foi aprovada por
266 unanimidade, como consta redação final na webpágina do Comitê,
267 [https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Deliberacao-CBH-AT-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Deliberacao-CBH-AT-n%C2%B0-99-de-28.07.2020-Revoga-a-Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-92.2020-e-aprova-o-Plano-de-A%C3%A7%C3%B5es-PA-e-o-Programa-de-Investimentos-PI-2020-2023.pdf)
268 [n%C2%B0-99-de-28.07.2020-Revoga-a-Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Deliberacao-CBH-AT-n%C2%B0-99-de-28.07.2020-Revoga-a-Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-92.2020-e-aprova-o-Plano-de-A%C3%A7%C3%B5es-PA-e-o-Programa-de-Investimentos-PI-2020-2023.pdf)
269 [n%C2%BA-92.2020-e-aprova-o-Plano-de-A%C3%A7%C3%B5es-PA-e-o-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Deliberacao-CBH-AT-n%C2%B0-99-de-28.07.2020-Revoga-a-Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-92.2020-e-aprova-o-Plano-de-A%C3%A7%C3%B5es-PA-e-o-Programa-de-Investimentos-PI-2020-2023.pdf)
270 [Programa-de-Investimentos-PI-2020-2023.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Deliberacao-CBH-AT-n%C2%B0-99-de-28.07.2020-Revoga-a-Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%BA-92.2020-e-aprova-o-Plano-de-A%C3%A7%C3%B5es-PA-e-o-Programa-de-Investimentos-PI-2020-2023.pdf). Beatriz Vilera (FABHAT)
271 apresentou. No início de 2020 a Coordenadoria-CRHi comunicou sobre a
272 necessidade de ajustes no Plano de Ações (PA) e no Programa de
273 Investimentos (PI), especialmente nas metas e área de abrangência, para
274 tanto realizaram diversas reuniões nas instâncias do Comitê e com a CRHi
275 que culminou na Deliberação aprovando os Planos para o quadriênio 2020-
276 2023.

277 **4.7 Deliberação CBH-AT nº 100, de 28 de julho de 2020, que aprova**
278 **a Indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do**
279 **FEHIDRO em 2020.**

280 Na apresentação Beatriz disse que pelo processo de análise receberam 49
281 projetos e 47 seguiram para a análise, em um trabalho que demandou
282 média de 6 horas/projeto, sendo que alguns analistas analisaram de 2 a 4
283 projetos. Foi exibido um vídeo informativo, elaborado por Murilo, sobre o
284 processo de análise pelas Câmaras Técnicas e, que será disponibilizado
285 pela FABHAT, no que o Secretário parabenizou pelo trabalho, uma
286 contribuição muito significativa para o entendimento do processo de análise

287 dos empreendimentos e a indicação dos empreendimentos. Camila
288 Arantes, Coordenadora da Câmara técnica de gestão e investimentos,
289 continuou a apresentação reforçando que analisam tecnicamente
290 respeitando todos os regulamentos, disse “nos perguntaram, será que
291 houve momentos de excesso? Não, garanto para vocês que não. Sempre
292 que havia novidades consultamos o processo, quando havia dúvidas eram
293 esclarecidas e levamos para as reuniões, se competia ou não nossa
294 análise, então fizemos a análise técnica com um processo transparente
295 tratando todos os tomadores de maneira igualitária.” O Anexo I da
296 Deliberação detalha o Plano de Ação 2020-2023 com os subPDCs, Metas,
297 Ações, Área de abrangência da ação, prioridade de execução, executor,
298 entre demais ítems. O Secretário disse, também no intuito de aproveitar a
299 ferramenta da análise dos empreendimentos permitindo maior objetividade
300 na concepção dos objetivos estabelecendo priorização e hierarquização
301 das propostas e, levando em conta, também a qualidade dos projetos
302 indicados, a proposta foi a inclusão dos 5 empreendimentos no Anexo III:
303 Tomador PM de Carapicuíba Empreendimento Canalização aberta do
304 córrego Vila Veloso; Tomador DAEE, Empreendimentos: Serviços de
305 limpeza, desobstrução, desassoreamento e remoção de vegetação
306 macrófita (aquática) no rio Tietê, no trecho denominado "lote 4,5", a partir
307 do córrego Sabino até a ponte da Av. João XXIII, extensão aproximada de
308 4.950 m, no município de Mogi das Cruzes; serviços de desobstrução,
309 limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento do ribeirão
310 Eusébio, no trecho compreendido entre a foz do ribeirão Eusébio no rio
311 Juquery e a travessia de acesso à estação Ferroviária Franco da Rocha,

312 numa extensão aproximada de 700 m e serviços de limpeza, remoção de
313 macrófitas aquáticas flutuantes, desobstrução e desassoreamento do rio
314 Juquery, a partir da barragem Paiva Castro até 300m jusante da foz do
315 córrego Maracujá no rio Juquery, extensão aproximada de 4.900m e para o
316 Tomador PM de Ferraz de Vasconcelos, Empreendimento: Reservatório de
317 contenção de cheias do córrego da Piscina. No total de R\$ 37.058.134,24
318 – Saldo R\$ 85.993.093,70 com saldo remanescente de recursos da
319 cobrança R\$ 48.934.959,46. Foi aberta a palavra para as considerações do
320 plenário. Camila disse que nos Considerandos não constava valor, estava
321 no item 7, também perguntou sobre o vínculo das Deliberações 224 e 225.
322 E sobre o aproveitamento dos projetos, disse que ocorreram amplos
323 debates nas Câmaras, podia entender os anseios para o aproveitamento do
324 trabalho, mas considerava que a proposta colocava em risco a idoneidade
325 do processo, era uma tentativa de mudar a regra. Luciana disse que a
326 Deliberação não podia estar amarrada ao próximo Edital e também não
327 entendia qual seria a relação, que, no final das contas, os projetos incluídos
328 tiveram pior pontuação, ainda que habilitados, assim estavam garantindo
329 projetos mal pontuados no próximo Edital, sendo que poderiam receber
330 projetos melhores, inclusive para as mesmas áreas. Finalizou dizendo que
331 se os tomadores dos projetos realmente buscavam financiamento, que
332 fossem devidamente reapresentados. Daniel Teixeira de Lima (PM de Mogi
333 das Cruzes) disse, em nome do CONDEMAT e PM de Mogi das Cruzes,
334 que entendia o posicionamento das Câmaras, mas assim como já se
335 posicionou em outras vezes, pela estrutura do Comitê o plenário é soberano
336 e as Câmaras técnicas são seus órgãos auxiliares. Como dever estavam

337 incumbidos de aproveitar a oportunidade já que os projetos foram
338 analisados e, para o embasamento se fazia necessário acrescer as
339 Deliberações 224 e 225. Alertou sobre o montante de R\$ 140 milhões
340 parados no Fundo e levar em consideração o atual momento de pandemia.
341 O Ministério Público questiona por que os recursos não são utilizados.
342 Posicionou-se favorável à inclusão dos projetos no Anexo III e finalizou
343 dizendo que não deveriam perder tempo, que o segmento dos municípios
344 deve pensar em não perder os recursos, qualquer tipo de recurso perdido é
345 recurso público que está sendo mal aplicado e, não havia nenhum
346 impedimento para utilização dos recursos. Murillo disse que não era
347 contrário às propostas, em si, porque foram habilitadas, caso não
348 favorecessem e nem fossem habilitadas seria de outro modo, mas a
349 habilitação é uma das etapas do processo. Solicitou transparência e
350 igualdade no processo. Que a soberania do plenário é muito relativa e
351 possui limites, não tem prerrogativa de dar preferência para ninguém, teriam
352 que ser iguais para com todos e concluiu dizendo que não discutia o mérito
353 dos projetos, discutia o encaminhamento, queria uma certeza jurídica,
354 habilitada, para a proposta. Luciana esclareceu que não perderam recursos,
355 estão disponíveis para a segunda chamada, contudo devem obedecendo
356 as regras da segunda chamada e Daniel esclareceu sua fala anterior, sobre
357 a perda dos recursos, dizia sobre a demora em aplicar os recursos porque
358 recurso não aplicado é recurso perdido, enfatizando que não estavam
359 cometendo nenhuma ilegalidade, muito pelo contrário, estavam vendo o
360 momento e aproveitando um trabalho já realizado, evitando o retrabalho. O
361 Secretário considerou, muito mais como esclarecimento do que como

362 contestação ou resposta, a proposta visava aplicar os recursos do Comitê,
363 não havia contrariedade em relação à Deliberação 93, mas se os recursos
364 seriam efetivamente aplicados, ou não, dependeria, sem dúvida, do
365 resultado da segunda chamada, e que também não era conveniente jogar
366 por terra todo trabalho realizado em cima dos 5 empreendimentos, seriam
367 incoerentes. E por fim, refletiu sobre a questão da pontuação, dizendo “não
368 sei o que significa ser mal pontuado, porque a Deliberação 93 diz que acima
369 de 15 pontos está habilitado e todos estão acima dos 15 pontos, então estão
370 habilitados sim.” Maria Emília Botelho (CETESB) concordou basicamente
371 com Daniel e com Luis Fernando, acrescentando, que também trabalhou
372 nas reuniões das Câmaras e não via nenhuma ilegalidade na proposta,
373 nenhuma aberração e nem desrespeito à Câmara. Francisca Adalgisa disse
374 que as Câmaras Técnicas debateram arduamente a Deliberação levando
375 em consideração diversos aspectos, deveriam considerar os riscos de
376 denúncias por direcionamento dos recursos, lembrando que já ocorreu no
377 Comitê e poderia ocorrer novamente. Considerou também que o trabalho
378 não era trabalho perdido, pois se os projetos estavam aptos, se de fato
379 tinham boa qualidade, seriam reapresentados e requalificados novamente.
380 Se não sofreu alteração não seriam reavaliados, considerando a pontuação
381 atual, dizendo “uma coisa não inviabiliza a outra, os recursos não serão
382 perdidos, só estamos abrindo o espaço democrático para impedir, para
383 evitar, qualquer questionamento, ilegalidade. E pela transparência no
384 trabalho do Comitê.” Laura Stela Perez (SIMA) disse que debateram na
385 Câmara a diferença entre projeto indicado e projeto habilitado, que havia 29
386 habilitados, e no íterim ocorreu um fato novo, uma consulta da Direção do

387 Comitê e COFEHIDRO, que retornou com a possibilidade de poderem
388 indicar os projetos habilitados, abrindo assim uma nova possibilidade de
389 aproveitar todos os projetos já foram avaliados e habilitados, independente
390 da pontuação. Não deveriam discutir, no momento, pontuação, teriam que
391 investir na busca de projetos para a segunda chamada atendendo a área
392 de mananciais. Os debates prosseguiram, ora em defesa, ora contrário à
393 indicação dos 5 empreendimentos, conforme devidamente registrados na
394 Ata de inteiro teor. O Presidente verificou o quórum e colocou em votação,
395 primeiramente o texto-base da Deliberação CBH-AT nº 100. Foi aprovada
396 por unanimidade.

397 Em seguida votaram a alteração proposta pelo Secretário Executivo, e
398 também foi aprovada, por 15 votos. 8 votos foram contrários (Jumara,
399 Marcelo Rodrigues da Motta, Luciana Travassos, Marta Marcondes,
400 Cristiane Cortez, Reginaldo Pereira Lima, Marcelo Sampaio e Adriana
401 Abelhão) e 6 abstenções (Amauri, Roberto, Murilo, Mary Lobas, Gerson
402 Salviano e Ricardo Saad. Murilo Valle com declaração de voto “Abstenção,
403 por entender que há insegurança jurídica no modelo de indicação dos
404 recursos, à luz dos pressupostos da Lei Estadual nº 12.183/2005.” O
405 Presidente confirmou a aprovação e acrescentou dizendo “Encerramos
406 agora a votação de alteração com acréscimo do Anexo III para indicação
407 dos empreendimentos condicionados à existência de empreendimentos
408 habilitados para área de mananciais, indicado para área de mananciais na
409 próxima seleção.” E colocou em pauta a Deliberação CBH-AT 101.

410 **4.8 Deliberação CBH-AT nº 101, de 28 de julho de 2020, que aprova**

411 **critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para**
412 **financiamento com recursos do FEHIDRO em 2020, em segunda**
413 **chamada, e dá outras providências.**

414 Camila apresentou, em síntese, das 30 ações, 8 apresentaram projetos,
415 ressaltando que apresentaram projetos para as ações em APM/APRM, mas
416 não estavam aptos. Disse que o Comitê tem sim um grande problema,
417 quanto aos benefícios para essas áreas, e expressou grande preocupação,
418 o Comitê não consegue cumprir ações que beneficiem as APMs/APRMs.
419 No Artigo 2º da Deliberação estão as indicações de empreendimentos a
420 serem classificadas em conformidade com a prioridade das ações definidas
421 no Plano de Ação e no Programa de Investimentos 2020-2023 pelo PDC 1
422 e 2, com investimento de no máximo 15% dos recursos disponíveis e o PDC
423 3 com investimento de, no mínimo, 70%, conforme os quadros
424 demonstrativos da Deliberação. No Artigo 3 a aplicação de, no mínimo, 50%
425 dos recursos de investimento oriundos da cobrança para conservação,
426 proteção e recuperação das áreas de mananciais que atendam a área de
427 atuação do CBH-AT. E também nas etapas do processo incluíram
428 possibilidade de treinamento das propostas no intuito de melhorar a
429 qualidade dos projetos e, mais uma vez convidou todos para participarem
430 das reuniões da Câmara técnica. Após as demais considerações na
431 explanação da Deliberação CBH-AT nº 101 o Presidente abriu a palavra
432 para as manifestações do plenário. O Secretário Executivo esclareceu que
433 a proposta era da Diretoria do Comitê, não do Secretário Executivo, ou do
434 DAEE, era apenas o porta-voz, e solicitou complementar o texto com ações

435 que beneficiam exclusivamente as áreas de proteção e recuperação dos
436 mananciais na bacia do Alto Tietê. Também considerou alteração para o
437 Considerando 9 colocando semelhante ao 19 da proposta da Deliberação
438 anterior. Luciana disse que entendia os incômodos, estes precisam ser
439 considerados quando pensarem, especialmente, sobre o tipo de trabalho e
440 o grau de comprometimento que querem nas Câmaras técnicas como
441 também para a relação Câmaras Técnicas-Plenário e vice-versa. Que,
442 mediante a Deliberação aprovada, realmente deveriam colocar restrição de
443 projetos para as APMs/APRMs, corroborando sobre a importância da fala
444 de Melissa Graciosa (UFABC), se não surgirem projetos em APM/APRM ai
445 sim os recursos serão perdidos. Disse sobre a importância de projetos para
446 a fiscalização integrada e elencou múltiplos problemas nos mananciais,
447 entre eles, novas ocupações irregulares, tema que também envolve o poder
448 de polícia e, sobretudo, que o Comitê não tem nenhuma clareza e não está
449 se colocando. O Presidente sugeriu modificações no texto. Nos
450 Considerandos, e depois também no Artigo 1o. explicitando que a segunda
451 chamada está restrita aos empreendimentos situados, ou que beneficiem
452 diretamente, a conservação, proteção e recuperação das áreas de
453 mananciais na bacia do Alto Tietê. Camila considerou também que era
454 importante terem clareza sobre como, de fato, seria executado, e a ação do
455 Comitê. Josué B. solicitou contemplar manancial subterrâneo também, mas
456 o Presidente disse que, no entendimento da legislação se trata da proteção
457 das áreas de mananciais superficiais. Hélio esclareceu que surgiram
458 solicitações para fiscalização integrada, mas não vingaram porque as
459 Prefeituras não fizeram sua tarefa de casa estabelecendo parceria com o

460 Estado definindo o que seria a fiscalização integrada, e solicitou apoio para
461 a elaboração de um Termo de Referência comum contendo os objetivos e
462 o que se pretende alcançar para essas áreas. Laura disse sobre o saldo
463 remanescente, o que sobrou deveria ser aplicado nos mananciais, no
464 momento, e lembrou que o Secretário solicitou incluir a possibilidade de
465 financiamento para as redes de esgoto, ou seja, outro tipo de ação a incluir
466 na Deliberação. Marta Marcondes disse que não entendeu que os projetos
467 da Deliberação anterior já estavam aprovados, com a verba garantida, e
468 também expressou grande preocupação com os mananciais. Camila disse
469 “nas Câmaras técnicas optamos por recuar, deixar aqueles
470 empreendimentos habilitados justamente no momento da redação dessa
471 Deliberação que estamos discutindo agora, os critérios para uma nova
472 chamada, porque aí percebemos que automaticamente aqueles 5
473 empreendimentos ficariam pré-indicados em detrimento de outros,[...]”
474 Laura disse que deveria constar: segunda chamada para as áreas de
475 mananciais, e pronto. O Secretário solicitou esclarecimentos sobre o Anexo
476 de pontuação permitindo o benefício parcial, o Presidente disse que teria
477 que ser integralmente. Laura solicitou retirar o Considerando 14. Os
478 debates prosseguiram, ao final o Presidente verificou o quórum e colocou
479 em votação, foram 4 votos contrários (Luciana Travassos, Adriana Abelhão,
480 Marta Marcondes e Jaqueline Aparecida Fernandez) e 2 abstenções
481 (Marcelo Rodrigues da Motta e Murilo Valle), sendo aprovada a Deliberação
482 com as alterações que constam na redação final na Webpágina do Comitê
483 [https://comiteat.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-](https://comiteat.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-101-de-28.07.2020-Aprova-crit%C3%A9rios-para-an%C3%A1lise)
484 [CBH-AT-n%C2%B0-101-de-28.07.2020-Aprova-crit%C3%A9rios-para-an%C3%A1lise-](https://comiteat.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-101-de-28.07.2020-Aprova-crit%C3%A9rios-para-an%C3%A1lise)

485 e-hierarquiza%C3%A7%C3%A3o-de-empresendimentos-FEHIDRO-2020-em-segunda-
486 chamada.pdf. Murilo Valle com declaração: de voto “Abstenção, por entender
487 que há insegurança jurídica no modelo de indicação dos recursos, à luz dos
488 pressupostos da Lei Estadual nº 12.183/2005.” E Luciana Travassos
489 declarou votos nessas palavras: “voto contrário: primeiro porque está no
490 caput dessa deliberação que estamos fazendo uma resolução para
491 beneficiar a área de mananciais, que por tudo que aconteceu hoje nessa
492 reunião, sabemos que não é isso o que está acontecendo, não é um
493 benefício para a área de proteção aos mananciais, é um benefício para
494 projetos que ficaram pendurados na outra chamada. Segundo, nós
495 sabemos que por conta disso alguns projetos que foram melhores do que
496 aqueles poderão ser apresentados e eliminados por aqueles projetos já
497 aceitos. Terceiro, porque a grande justificativa, que é a perda de recursos,
498 como justificativa da votação anterior, para não perder esses recursos, fica
499 muito mais ameaçado agora, porque pode ser que vamos perder tanto
500 aqueles como os novos recursos, com os melhores projetos que poderiam
501 ser apresentados nessa nova chamada, então voto contra, mas
502 logicamente nunca vamos votar contra benefícios para área de proteção e
503 recuperação dos mananciais, é simplesmente porque não entendemos que
504 essa deliberação pretende fazer isso, de fato.

505 **4.9 Deliberação CBH-AT nº 102, de 28 de julho de 2020, que aprova**
506 **o parecer técnico sobre a compensação ambiental referente ao**
507 **Conjunto Habitacional Américo Barbosa, em Embu das Artes.**

508 O Presidente consultou a plenária, se com mais de 6 horas de reunião

509 deveriam prosseguir, Daniel, Pedrosa, Hélio e Laura foram favoráveis pela
510 continuidade, Adriana foi contrária e então Ricardo apresentou rapidamente
511 a Deliberação CBH-AT nº 102. A análise apresenta uma área total de
512 55.182,36 m² referente ao Projeto Condomínio Residencial Américo
513 Barbosa, na Estância Turística de Embu das Artes, como terreno de
514 propriedade de Eneriam Barbosa e Mairene Barbosa Finotte. A
515 compensação ambiental ocorrerá em área de vegetação pioneira e não
516 haverá intervenção em APP-Área de Preservação Permanente; 63 árvores
517 isoladas sofrerão intervenção gerando a compensação de 780 árvores em
518 4.740 m² na APP margem esquerda do rio. Adriana disse que os
519 Subcomitês não foram devidamente consultados, caracterizando
520 irregularidade que será objeto de ação jurídica por parte de sua entidade.
521 Os itens 3.4 e 3.6 estavam muito genéricos, e que o rio Embu-mirim será
522 assoreado. O Presidente solicitou proposta de alteração e Adriana disse
523 que a empresa precisa detalhar quais serão as práticas e os processos. Em
524 suas palavras “Na verdade esse texto nem responde o que estou pedindo,
525 o que vai acontecer, do depósito de todo esse material, como será o
526 manejo, como evitar que todo esse material seja direcionado para o rio
527 Embu Mirim, causando assoreamentos e inundações, quer dizer, se esse é
528 o padrão, sinto muito, mas está deixando muito a desejar e temos então
529 uma situação grave, muito grave, nesse ponto. Também a questão que
530 colocamos, vamos buscar auxílio jurídico sim, não tem como continuar
531 dessa forma. Em nenhuma das que foram aprovadas hoje é correto isso,
532 hoje se quebraram muitas regras aqui, estamos em ilegalidade Amauri.” O
533 Presidente garantiu o registro da manifestação em Ata. Também disse que

534 utilizaram o texto padrão para as situações semelhantes e solicitou
535 participação na análise de qualquer empreendimento para colocarem as
536 observações necessárias, no importante caminho de construção pelo
537 consenso. Solicitou providências para a instalação dos Subcomitês, na
538 forma virtual, pelo menos, o mais rápido possível, verificou o quórum e
539 colocou em votação, foram 2 votos contrários de Marta Marcondes e
540 Adriana Abelhão; e 3 abstenções de Luciana Travassos, Marcelo Rodrigues
541 da Motta e Murilo Vale, sendo aprovada a Deliberação com as alterações
542 que constam na redação final na webpágina do Comitê
543 [https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-102-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-empreendimento-Condom%C3%ADno-Am%C3%A9rico-Barbosa.pdf)
544 [n%C2%B0-102-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-empreendimento-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-102-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-empreendimento-Condom%C3%ADno-Am%C3%A9rico-Barbosa.pdf)
545 [Condom%C3%ADno-Am%C3%A9rico-Barbosa.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CBH-AT-n%C2%B0-102-de-28.07.2020-Aprova-o-Parecer-T%C3%A9cnico-sobre-o-empreendimento-Condom%C3%ADno-Am%C3%A9rico-Barbosa.pdf)

546 **5. Informes e outros assuntos.** O Presidente solicitou, para a próxima
547 reunião do Comitê no mês de setembro, abertura com apresentação do
548 relato de experiência do curso intitulado: “Espaço urbano e planejamento
549 popular: viver às margens do Rio Aricanduva e a construção de
550 representação social”, apresentado no ENCOB 2019, por Jaqueline Bória
551 (UNIFESP) e que seja dado o encaminhamento da demanda do IPT para a
552 criação da Câmara técnica de águas subterrâneas, em entendimentos com
553 a Câmara Técnica monitoramento hidrológico. No encerramento o
554 Presidente agradeceu imensamente a paciência de todos, deixou claro que
555 todos estavam em um processo novo e, portanto, aprendendo, assim, a
556 colaboração da plenária foi fundamental. Esta Ata da 2ª. reunião plenária
557 extraordinária de 2020 do CBH-AT e a 1ª reunião por videoconferência,
558 consiste no resumo executivo dos registros das notas taquigráficas que

559 compõe a Ata de inteiro teor, elaboradas pelo Taquígrafo Dartan Gravina,
560 com revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT e se encontra disponível,
561 pelo meio físico na Secretaria Executiva e pelo site do Comitê no endereço
562 <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/atas/>

563 **Amauri Pollachi**

564 Presidente do CBH-AT

565 **Luiz Fernando Carneseca**

566 Secretário Executivo do CBH-AT